STJ00089580

Sumário

Prefácio, xiii

Parte I: TEORIA GERAL, 1

1 Direitos humanos fundamentais e constitucionalismo, 1
2 Direitos humanos fundamentais – Finalidades, 2
3 Interpretação das normas constitucionais – Aplicação aos direitos humanos fundamentais, 3
4 Evolução histórica dos direitos humanos fundamentais, 6
5 Evolução histórica dos direitos humanos fundamentais nas Constituições brasileiras, 13
6 Direitos humanos fundamentais: jusnaturalismo, positivismo e teoria moralista, 15
7 Direito internacional dos direitos humanos: conceito, finalidade e evolução histórica, 16
8 Conceito e características dos direitos humanos fundamentais, 20
9 Natureza jurídica das normas que disciplinam os direitos e garantias fundamentais, 22
10 Direitos fundamentais e garantias institucionais, 23
11 Direitos fundamentais na Constituição de 1988 – Classificação, 23
12 Relatividade dos direitos humanos fundamentais, 27
13 Restrições excepcionais aos direitos fundamentais – Estado de defesa e Estado de sítio, 28
14 Garantia e eficácia dos direitos humanos fundamentais e Poder Judiciário, 37
15 O Poder Judiciário e a defesa dos direitos fundamentais – a interpretação constitucional e o ativismo judicial, 39
16 Ministério Público e defesa dos direitos humanos fundamentais, 41

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

17 Direitos humanos fundamentais da criança e do adolescente – inimputabilidade penal (CF, art. 228), 43
18 Preâmbulo constitucional, 44

Parte II: COMENTÁRIOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS AOS ARTS. 1º A 5º, 47

Título I – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS, 47

Art. 1º, 47
1.1 Fundamentos da República Federativa do Brasil – Princípio da dignidade humana, 47
1.2 Dignidade humana e produção de provas em investigação de paternidade, 54
1.3 Princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, 55

Art. 2º, 56
2.1 Separação das funções estatais – Limitação do poder e garantia dos direitos fundamentais, 56
2.2 Independência e harmonia dos poderes: funções estatais, imunidades e garantias em face do princípio da igualdade, 57
2.3 Controles do Legislativo em relação ao Executivo, 64
2.4 Controles do Legislativo em relação ao Judiciário, 65
2.5 Controles do Executivo em relação ao Legislativo, 66
2.6 Controles do Executivo em relação ao Judiciário, 66
2.7 Controles do Judiciário em relação ao Legislativo, 66
2.8 Controles do Judiciário em relação ao Executivo, 66

Art. 3º, 68
3.1 Objetivos fundamentais da República, 68

Art. 4º, 70
4.1 Autodeterminação, igualdade e não discriminação, 70
4.2 Relações internacionais, 71
4.3 Integração latino-americana (Mercosul), 71
4.4 Asilo político, 72

Título II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, 74

Art. 5º, 74
5.1 Diferenciação entre direitos e garantias individuais, 74
5.2 Destinatários da proteção, 75
5.3 Direito à vida, 80
5.3.1 Questão do aborto, 85

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.3.2 Questão da eutanásia e do suicídio, 86
5.4 Princípio da igualdade, 87
5.4.1 Princípio da igualdade e limitação em razão da idade em concurso público, 94
5.5 Igualdade entre homens e mulheres, 96
5.5.1 Critérios de admissão para concurso público, 99
5.5.2 Critérios para admissão de emprego, 99
5.5.3 Constitucionalidade da prerrogativa do foro em favor da mulher e sua aplicação tanto para a ação de separação judicial quanto para a de divórcio direto, 99
5.6 Princípio da legalidade, 101
5.7 Princípios da legalidade e da reserva legal, 106
5.8 Princípio da legalidade e expedição de decretos e regulamentos (CF, art. 84, IV), 107
5.9 Tratamento constitucional da tortura (art. 5º, III e XLIII), 110
5.10 Definição legal dos crimes de tortura (Lei nº 9.455, de 7-4-1997), 116
5.11 Consequências penais e processuais da prática do crime de tortura, 117
5.12 Liberdade de pensamento, 117
5.13 Indenização por dano material, moral ou à imagem, 122
5.14 Direito de resposta ou de réplica, 124
5.15 Escusa de consciência, 126
5.16 Liberdade religiosa e Estado laico ou leigo, 127
5.17 Escusa de consciência e serviço militar obrigatório, 130
5.18 Vedações constitucionais de natureza federativa, 131
5.19 Limitações ao livre exercício do culto religioso, 132
5.20 Religião e cultura, 133
5.21 Assistência religiosa, 134
5.22 Impossibilidade de censura prévia, 135
5.23 Expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, 135
5.24 Intimidade e vida privada, 138
5.25 Inviolabilidade à honra e imunidade do advogado, 140
5.26 Inviolabilidade constitucional da privacidade dos dados bancários e fiscais, 141
5.27 Inviolabilidade domiciliar, 147
5.28 Questão do dia e da noite, 152
5.29 Sigilo de correspondência e de comunicação, 153
5.30 Possibilidade de interceptação telefônica, 154
5.31 Lei nº 9.296, de 24-7-1996 – Interceptações telefônicas, 157
5.31-A Excepcionalidade na utilização dos dados obtidos mediante interceptação telefônica fora das hipóteses restritas de sua decretação: limitação subjetiva (descoberta de novos partícipes), limitações objetivas ("crime-achado" e investigações diversas) e prova emprestada, 163

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.32 Constitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.296/96 (interceptações do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática), 168
5.33 Gravação clandestina e direito à intimidade e à vida privada (CF, art. 5º, X), 170
5.34 Inadmissibilidade da gravação de conversa telefônica por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro – Tese vencedora no STF, 175
5.35 Admissibilidade da gravação clandestina de conversa telefônica por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro – Tese vencida no STF, 177
5.36 Livre exercício de profissão, 179
5.37 Liberdade de informação, 181
5.38 Sigilo da fonte, 183
5.39 Liberdade de locomoção, 183
5.40 Regulamentação e restrições ao direito de locomoção, 185
5.41 Direito constitucional de reunião, 186
5.42 Desnecessidade de autorização da autoridade pública e interferência da polícia, 188
5.43 Instrumento de tutela do direito de reunião, 188
5.44 Direito de associação, 189
5.45 Dissolução das associações, 191
5.46 Representação dos associados, 191
5.47 Direito de propriedade, 193
5.48 Desapropriação, 194
5.49 Desapropriação para fins de reforma agrária, 197
5.50 Direito de requisição, 199
5.51 Proteção à pequena propriedade rural, 200
5.52 Direitos autorais, 201
5.53 Proteção da imagem e da voz humanas, 204
5.54 Atividades esportivas e direito de arena, 205
5.55 Dos privilégios, 205
5.56 Das marcas de indústria, de comércio e de serviço e das expressões ou sinais de propaganda, 207
5.57 Direito de herança, 209
5.58 Sucessão de bens de estrangeiros situados no país, 209
5.59 Defesa do consumidor, 210
5.60 Direito de certidão, 213
5.61 Direito de petição, 215
5.62 Apreciação de ameaça ou lesão a direito pelo Poder Judiciário, 218
5.63 Inexistência da jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, 221
5.64 Acesso ao Judiciário e à justiça desportiva, 222
5.65 Inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição, 222
5.66 Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada, 223

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.67 Princípio do juiz natural, 227
5.68 Juízos naturais constitucionais, 229
5.69 Prefeitos municipais e princípio do juiz natural, 232
5.70 Princípio do promotor natural, 235
5.71 Tribunal do júri, 237
5.72 Princípios da reserva legal e da anterioridade em matéria penal, 243
5.73 Princípio da reserva legal e medidas provisórias, 246
5.74 Irretroatividade da lei penal *in pejus*, 249
5.75 Proteção aos direitos e liberdades fundamentais, 252
5.76 Combate ao racismo, 253
5.77 Crimes hediondos, 256
5.78 Tráfico ilícito de entorpecentes, tortura e terrorismo, 257
5.79 Lei dos crimes hediondos e indulto, 259
5.80 Lei dos crimes hediondos e liberdade provisória, 260
5.81 Constitucionalidade do cumprimento integral em regime fechado dos crimes hediondos e assemelhados, 263
5.82 Proteção à ordem constitucional e ao Estado Democrático – Repressão à ação de grupos armados, 264
5.83 Princípio da pessoalidade ou incontagiabilidade ou intransmissibilidade da pena, 266
5.84 Princípio da individualização da pena, 267
5.85 Espécies de penas inaplicáveis no Direito brasileiro, 268
5.86 Pena de morte, 268
5.87 Pena de caráter perpétuo, 271
5.88 Extradição e pena de morte e prisão perpétua, 271
5.89 Pena de trabalhos forçados, 271
5.90 Pena de banimento, 272
5.91 Penas cruéis, 272
5.92 Imutabilidade da presente proibição, 274
5.93 Direitos humanos fundamentais e execução da pena, 274
5.94 Regras internacionais de proteção aos direitos dos reclusos – ONU, 276
5.95 Direito ao aleitamento materno, 278
5.96 Extradição, 279
5.97 Hipóteses constitucionais para a extradição, 280
5.98 Requisitos infraconstitucionais para a extradição, 282
5.99 Procedimento e decisão, 287
5.100 Prisão preventiva por extradição, 288
5.101 Atuação do Judiciário na extradição, 291
5.102 Extradição, princípio da especialidade e pedido de extensão (Extradição Supletiva), 292

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.103 Necessidade de comutação da pena de prisão perpétua em pena privativa de liberdade com prazo máximo, 293
5.103-A Expulsão e entrega ("*surrender*"), 295
5.104 Devido processo legal, contraditório e ampla defesa, 297
5.105 Inquérito policial e contraditório, 301
5.106 Provas ilícitas, 302
5.107 Convalidação de provas obtidas por meios ilícitos com a finalidade de defesa das liberdades públicas fundamentais (legítima defesa), 306
5.108 Provas derivadas das provas ilícitas, 307
5.109 Princípio da presunção de inocência, 311
5.110 Princípio da presunção de inocência e princípio do *in dubio pro reo*, 316
5.111 Identificação criminal, 317
5.112 Ação penal privada subsidiária, 319
5.113 Publicidade dos atos processuais, 321
5.114 Hipóteses constitucionalmente definidas para privação de liberdade, 322
5.115 Liberdade provisória com ou sem fiança, 327
5.116 Prisões nos casos de transgressões militares ou crimes propriamente militares, definidos em lei, 328
5.117 Enunciação dos direitos do preso – direito ao silêncio e a não autoincriminação, 329
5.118 Comunicação da prisão à família, a seu advogado, à autoridade judicial competente e ao Ministério Público, 336
5.119 Prisão civil por dívidas, 338
5.120 Assistência jurídica integral e gratuita, 344
5.121 Defensoria pública, 346
5.122 Ministério Público e art. 68 do CPP, 347
5.123 Erro judiciário e excesso na prisão, 348
5.124 Gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito, 350
5.125 Princípios da razoável duração do processo e da celeridade processual, 351
5.125-A Celeridade processual e informatização do processo judicial (Lei nº 11.419/2006), 354
5.126 Aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais, 354
5.127 Rol exemplificativo do art. 5º da Constituição Federal, 355
5.128 Direitos e garantias individuais previstos em atos e tratados internacionais e EC nº 45/04 (reforma do Judiciário), 357
5.129 Conflito entre as fontes dos direitos humanos fundamentais, 364

Bibliografia, 367

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br